CADERNOS DE ESTUDOS SOCIAIS
v.36, n.1, 2021
e-ISSN: 2595-1930

CRESCIMENTO URBANO EM ZONAS COSTEIRAS: ANÁLISE COMPARADA DA PRAIA DA BOA VIAGEM (BRASIL) E DA PRAIA DA ROCHA (PORTUGAL)

Autor 1: **Mateus Georgenes Magarotto**
ORCID: 0000-0002-5246-6983
Filiação: Universidade Federal de Pernambuco

Autor 2: **Monica Ferreira da Costa**
ORCID: 0000-0002-7673-3089
Filiação: Universidade Federal de Pernambuco

Autor 3: **Érika Masanet**
ORCID: 0000-0003-4369-8042
Filiação: Universitat de València, Espanha

Trabalho submetido em 11/08/2020 e aprovado em 27/11/2020.
DOI: 10.33148/CES25954091
V36n1(2021)1930

RESUMO

As zonas costeiras são áreas de sensibilidade ambiental e sofrem uma constante transformação pela ação humana. Estudos comparados sobre crescimento urbano nas zonas costeiras proporcionam novos paradigmas e análises dos impactos socioambientais. O artigo tem como objetivo realizar uma análise comparada do crescimento urbano, impactos socioeconômicos e ambientais associados ao crescimento urbano na Praia da Boa Viagem, Recife-Brasil e Praia da Rocha, Portimão-Portugal. A metodologia é qualitativa com o recurso as entrevistas semiestruturadas aos informantes-chave (Gestores, Técnicos, Investigadores e Moradores) e análise documental dos planos urbanos e legislação urbanística. Os resultados revelaram que os planejamentos urbanos nas áreas costeiras favorecem os interesses imobiliários e turísticos com a conivência do poder político e da população local. Este estudo comparado em dois países é contributo para o desenvolvimento de sinergias em áreas costeiras com características semelhantes.

PALAVRAS-CHAVE:

Estudo comparado; Transformações urbanas; Zonas costeiras; Socioambiental

URBAN GROWTH IN COASTAL ZONES: A COMPARATIVE ANALYSIS OF BOA VIAGEM BEACH (BRAZIL) AND ROCHA BEACH (PORTUGAL)

ABSTRACT

Coastal areas have a great environmental sensitivity and receive a constant transformation by human action. Comparative studies on urban growth in coastal areas provide new paradigms and analyses of socio-environmental impacts. The article proposes to realize a comparative analysis of urban growth, socioeconomic and environmental impacts associated with urban growth in Praia da Boa Viagem, Recife-Brazil and Praia da Rocha, Portimão-Portugal. The methodology is qualitative with the use of semi-structured interviews with key informants (Managers, Technicians, Researchers and Residents) and analysis of urban plans and urban legislation. The results show that urban planning in coastal areas is provide to real estate and tourism interests and with the complicity of political power and the local population. This comparative study in two countries contributes to the development of synergies in areas with similar characteristics.

KEYWORDS: Comparative study, Urban changes, Coastal zones, Socio-environmental areas

CRECIMIENTO URBANO EN ZONAS COSTERAS: ANÁLISIS COMPARATIVO DE PRAIA DA BOA VIAGEM (BRASIL) Y PRAIA DA ROCHA (PORTUGAL)

RESUMEN

Las zonas costeras son áreas de sensibilidad ambiental y sufren una transformación constante por la acción humana. Los estudios comparados sobre el crecimiento urbano en las zonas costeras proporcionan nuevos paradigmas y análisis de los impactos socioambientales. El artículo tiene como objetivo realizar un análisis comparativo del crecimiento urbano, los impactos socioeconómicos y ambientales asociados al crecimiento urbano en la Praia da Boa Viagem, Recife-Brasil y Praia da Rocha, Portimão-Portugal. La metodología es cualitativa con el uso de entrevistas semiestructuradas con informantes clave (Directivos, Técnicos, Investigadores y Residentes) y análisis documental de planes y legislación urbanística. Los resultados muestran que la planificación urbana en las zonas costeras es favorable a los intereses inmobiliarios y turísticos y con la complicidad del poder político y la población local. Este estudio comparativo en dos países contribuye al desarrollo de sinergias en áreas con características similares.

PALABRAS CLAVES: Estudio comparativo. Transformaciones urbanas. Zonas costeras, Socioambiental

Para citar este artigo: MAGAROTTO, M. G., COSTA, M. F., MASANET, E. Crescimento urbano em zonas costeiras: análise comparada da praia de Boa Viagem (Brasil) e da praia da Rocha (Portugal). Cadernos de Estudos Sociais, v. 36, n. 1, [*in press*], Jan./Jul., 2021.

DOI:10.33148/CES25954091v36n1(2021)1930
Disponível em: http://periodicos.fundaj.gov.b r/index. php/CAD. Acesso em: dia mês, ano. [v. em edição].

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, sendo permitido que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir deste trabalho, desde que seja dado ao autor o devido crédito pela criação original e reconhecida a publicação nesta revista.

1 INTRODUÇÃO

As zonas costeiras são locais de atração humana para o estabelecimento de aglomerados urbanos, causando grande impacto aos diversos ecossistemas presentes: estuários, manguezais, dunas, entre outros (ANDRÉS; BARRAGÁN, 2015; DING, 2013; GURRAN; ZHANG; SHRESTHA, 2020). Essa atração humana, nas zonas costeiras, sempre esteve ligada às áreas econômicas portuária, agrícola e industrial e, mais recentemente (década de 1950 do século XX), ao turismo e à urbanização (ALBERICO et al., 2017; MAGAROTTO et al., 2017). Essa pressão antrópica sobre as áreas costeiras causa inúmeros problemas e deterioração aos ecossistemas costeiros e, por sua vez, aos serviços prestados por eles ao bem-estar humano (CURCI, 2012; HAASE et al., 2014; MAGAROTTO et al., 2019). Assim, a urbanização das zonas costeiras constitui um processo que envolve um determinado modelo de ocupação do espaço geográfico que aumenta a pressão sobre os ecossistemas (ANDRÉS; BARRAGÁN, 2015; COSTA et al., 2008; MAXIMENKO et al., 2019).

A existência de uma estreita relação entre o planejamento urbano e o crescimento econômico coloca a cidade à venda, privatiza o lucro e socializa os custos socioambientais desempenhando um papel significativo para entender a prosperidade e enriquecimento, refletidas nas oportunidades de se empreender sem grandes riscos (MAGAROTTO et al., 2017; VILLAÇA, 1995). Dessa forma, a escala e a velocidade do processo de urbanização costeira geram mudanças no uso do solo e imprimem uma debilidade desejada no planejamento urbano existente (DING; KNAAP, 2010; VON GLASOW et al., 2013), permitindo, assim, a acumulação do capital na zona costeira (DING; KNAAP, 2010; SOUZA, 1994; VON GLASOW et al., 2013).

Diferente dessa perspectiva neoliberal ou economicista, neste artigo, o planejamento urbano é entendido como um processo de criação e desenvolvimento de programas e serviços que visam a melhorar a qualidade de vida da população de áreas urbanas existentes ou a serem planejadas (NAKANO, 2006; PEREIRA, 2004). Apoiado nesse conceito e na perspectiva da garantia ao direito à cidade e na correção do crescimento urbano e seus efeitos negativos no meio ambiente (BRASIL, 2012), o artigo segue uma abordagem voltada a essa definição e busca entender como o crescimento urbano afeta as áreas costeiras, em vista da realidade apresentada pelos entrevistados.

Nesse contexto, as ações e gestão integrada da zona costeira (GIZC) levam em consideração os fatores de gestão dos recursos socioeconómicos, os riscos naturais e os possíveis efeitos das mudanças climáticas como o sentido norteador de suas ações (HANSEN, 2010; VEETTIL et al., 2019). O pré-requisito para GIZC é um modelo de gestão com forte participação da população nas decisões locais e voltado à prevenção e conhecimento dos processos socionaturais existentes (ASMUS et al., 2006; PONTE LIRA et al., 2016; TEKA et al., 2012).

A necessidade de preservação e conservação da biodiversidade nas zonas costeiras é um dos grandes desafios com o aumento do nível médio dos oceanos e a complexa interação entre os valores socioeconômicos e ambientais de uma forma sustentável (SCHMIDT; MOURATO, 2015; STOJANOVIC et al., 2016; WU et al., 2018). A conservação da biodiversidade inclui os atores locais e os pontos de vista social que são construídos sobre conservação e manejo de expectativas de conservação das características naturais e sociais locais (ADGER et al., 2005; DUFFY et al., 2019). Neste sentido, uma abordagem sistêmica é essencial para diminuir os conflitos entre sociedade, meio ambiente, perda da biodiversidade e de recursos naturais. Isso é possível com a vinculação dos conhecimentos sociais relevantes levados a cabo nos estudos ambientais e as interações com os processos de crescimento urbano (SCHMIDT; MOURATO, 2015; STOJANOVIC et al., 2016). O aprofundamento dos estudos sociológicos, no entanto, promove abordagens relevantes para os problemas ambientais que afetam as condições de vida da população em nível local e ainda podem abordar os conflitos e impactos do crescimento urbano (MAGAROTTO et al., 2017; SCHMIDT et al., 2014).

A identificação dos discursos e as práticas dos atores sobre o desenvolvimento das políticas e práticas voltadas à preservação da biodiversidade e dos ecossistemas nas zonas costeiras altamente urbanizadas pode representar um ponto norteador para estabelecer novos paradigmas de políticas públicas sustentáveis (SANTINHA; MARQUES, 2012; SCHMIDT; MOURATO, 2015). A conservação dos ecossistemas pelos gestores públicos é fundamental para orientar as políticas no contexto urbano (ALLEGRA; CASAGLIA; ROKEM, 2012). Nesse contexto, os discursos gerados pelos entrevistados oferecem novas abordagens de análise às condições históricas e ideológicas. Portanto, através da interpretação desses discursos, pode-se perceber as práticas e ações, políticas ou técnica, que influenciam a realidade do meio urbano, social e ambiental (DINIZ, 2011; MAGAROTTO et al., 2017).

Através dos discursos dos entrevistados, pode-se descobrir as ações e restrições no complexo campo da conservação e preservação ambiental que figuram no meio urbano e as perspectivas socialmente relevantes para esta conservação (ALLEGRA; CASAGLIA; ROKEM, 2012; MAGAROTTO et al., 2017; SILVA CAVALCANTI et al., 2008; THIEL, 2010).

Sendo assim, este artigo tem como objetivo realizar uma análise comparada do crescimento urbano e dos impactos urbanos desse crescimento entre a Praia da Boa Viagem, Recife-Pernambuco - Brasil e a Praia da Rocha, Portimão - Portugal. Esse interesse surge na finalidade de compreender os fatores associados ao crescimento urbano, os impactos socioeconômicos e ambientais. Este artigo está estruturado nas seguintes secções. Em primeiro lugar, é fornecido um breve resumo dos motivos que levaram a elaborar este manuscrito e a escolha das áreas de estudo. Em segundo lugar, é apresentada a metodologia de análise utilizada. Em terceiro lugar são mostrados os resultados e os processos de crescimento urbano nas duas áreas de estudo segundo a visão dos entrevistados. A seguir, é feita uma discussão dos resultados e, por fim, são aportadas as conclusões da investigação.

1.1 Escolha das áreas de estudo

As áreas de estudo encontram-se nas zonas costeiras das cidades do Recife/PE/Brasil e Portimão/Algarve/Portugal. Ambas foram delimitadas segundo a Base Censitária do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) Brasil e a Base Geográfica de Referenciação de Informação (BGRI) do Instituto Nacional de Estatística (INE) Portugal. Os limites foram dimensionados através do arruado urbano e delimitados baseados no interesse deste estudo. A dimensão de cada área é de 200ha, para fins de ter uma análise comparada nos dois países (Figura1).

Figura 1. Localização das áreas de estudo (a) Praia da Boa Viagem (b) Praia da Rocha



Fonte: elaboração própria. Ortofotomapas adquiridos (a) Prefeitura da Cidade do Recife e (b) Câmara Municipal de Portimão

As áreas de estudo, voltadas às práticas de turismo e residência apresentam similaridade no desenvolvimento urbano do ponto de vista econômico. A Praia da Boa Viagem teve seu início com os banhos terapêuticos no início do século XX e rapidamente recebeu importantes infraestruturas, dando início a construção das primeiras casas de veraneio. Em pouco tempo, o solo foi valorizado e na década de cinquenta teve grandes investimentos destinados a estruturação urbana (ALVES, 2009; ARAÚJO, 2007). A urbanização da Avenida Boa Viagem proporcionou o crescimento urbano numa parte da cidade do Recife que eram terras insalubres, de difícil acesso, habitadas apenas pela população pobre em mocambos que, ao serem retiradas dessa área, formaram as comunidades das palafitas, ao longo do Rio Jordão, e também deram início ao Bairro da Brasília Teimosa (ALVES, 2009; ARAÚJO, 2007). Nesse contexto, a ocupação da Praia da Boa Viagem inicia-se com casas de segunda residência e turismo. A partir da segunda metade do século XX, muitas famílias passaram a fixar residência nesse local (ALVES, 2009; ARAÚJO, 2007; MAGAROTTO, 2017). Na atualidade, o bairro de Boa Viagem é um dos mais ricos da cidade, com completa infraestrutura, lojas, restaurantes, hotéis, escolas, luxuosos edifícios e urbanizações (ALVES, 2009; DANTAS; MAGALHÃES; VERGOLINO, 2007). No bairro de Boa Viagem, há cerca de 122,922 habitantes, segundo o censo de 2010, e ocupam uma área de 753 hectares e o principal ecossistema existente é o Parque dos Manguezais (IBGE, 2011; PCR, 2008).

Por outro lado, a área urbana da Praia da Rocha, situada no município de Portimão, teve sua ocupação com a utilização dos banhos marítimos e se transformou radicalmente passando de um pequeno povoado à beira-mar a um grande centro urbano que, no verão, atrai milhares de turistas em busca de diversão e ócio (FREITAS; DIAS, 2012). O uso dessa praia para atividades turísticas recebeu grande valorização, principalmente com a construção do Hotel Algarve Casino para a atração de turistas portugueses e estrangeiros nos anos 1960 (KÖRÖSSY; CORDEIRO; SIMÕES, 2014; MAGAROTTO et al., 2019). O turismo passou a ser uma fonte de desenvolvimento económico local, sobretudo, a partir da década de sessenta e especialmente na exploração do binômio sol e mar (BRITO-HENRIQUES, 2003). A cidade de Portimão tem mais de 50 mil habitantes, segundo os dados do censo demográfico de 2011, porém recebe no verão mais de 300 mil turistas (INE, 2014; KÖRÖSSY; CORDEIRO; SIMÕES, 2014). A Praia da Rocha é o principal atrativo da cidade e concentra a maioria dos hotéis e alojamentos utilizados para alojamento de turistas. Essa praia se converteu em um dos

principais destinos turísticos chegando a ser a terceira praia do Algarve a receber turistas (INE, 2014). No ano de 2014, dos quase 3 milhões de turistas registrados no Algarve, cerca de 30% se hospedaram em Portimão, sendo a estadia média de 5 a 10 dias (INE, 2014). Esse apelo turístico na Praia da Rocha se traduz em um processo de crescimento urbano constante (MAGAROTTO et al., 2019).

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste estudo é qualitativa, o que permitiu aprofundar e compreender melhor os fatores que contribuíram para o crescimento urbano das áreas de estudo e seus impactos, e baseada em entrevistas semiestruturadas com informantes-chave e análise documental. Foram realizadas 37 entrevistas aos responsáveis pelo urbanismo, cargos públicos elegíveis, imobiliários, associações/moradores e investigadores, 18 no Recife e 19 em Portimão. O período de trabalho de campo foi de março a agosto de 2014 em Portimão, e de setembro de 2014 a Fevereiro de 2015 na Cidade do Recife.

Os tópicos do roteiro das entrevistas semiestruturadas foram os fatores do crescimento urbano, as condições de vida da população local, os riscos associados ao meio ambiente e categorizadas na análise qualitativa. O roteiro aplicou-se com certa flexibilidade em função do perfil do entrevistado e das diferentes zonas geográficas.

Os entrevistados foram contactados através de carta formal enviada por correio eletrônico - *email*. A maioria dos contactos responderam de forma cordial disponibilizando-se ou não para a entrevista. Muitos contactos também foram indicados pelos próprios entrevistados usando a técnica da Bola de Neve, em que cada entrevistado indica um novo possível entrevistado e, dessa forma, cria-se uma rede de entrevistados (VINUTO, 2014). Para garantir a confidencialidade e anonimato dos entrevistados na apresentação dos resultados, foram criados códigos específicos EPR para Portimão e EBV para o Recife, assim como para o papel desempenhado do entrevistado, por exemplo: EBV2-T (técnico); EBV9-P (político); EBV13-A (associação/moradores); EBV12-Im (Imobiliária). Além disso, foram alterados ou eliminados os dados pessoais que poderiam favorecer a identificação dos entrevistados. As entrevistas foram transcritas integralmente e analisadas com o auxílio do programa *AtlasTi 6.1.,* segundo as categorias analíticas sociais, políticas, económicas, ambientais e culturais.

Para a análise documental, foram utilizados os Planos Urbanos (Portimão) e a legislação do uso de solo (Cidade do Recife) e os respectivos Plano de Diretor Municipal (PDM). A síntese desta revisão revelou a estrutura do desenvolvimento urbano e os principais fatores para entender o crescimento das áreas edificadas sobre o meio ambiente. Esse procedimento ajudou a entender as medidas tomadas pelos administradores públicos segundo as exigências do mercado, a necessidade de edificado e outras infraestruturas.

3 CRESCIMENTO URBANO DA BOA VIAGEM

3.1 O processo de crescimento urbano

A Cidade do Recife é uma metrópole regional com inúmeros problemas urbanos, e tem uma área costeira que teve um rápido crescimento urbano no último século (MAGAROTTO et al., 2019). A estratégia do uso e ocupação do solo está fortemente relacionada a um modelo elaborado dentro de uma estrutura política e económica ligada à construção do edificado urbano e de infraestruturas (COSTA et al., 2008). A sociedade e o meio urbano são representados por uma relação temporal (periódica) em que as leis urbanas suportam o crescimento e desenvolvimento das sociedades, a transformação espacial e, segundo os interesses e necessidades, em um determinado momento (HARVEY, 2010; SASSEN, 2000).

As leis que regulam o crescimento urbano foram muito diferentes segundo o momento histórico e o interesse local na Praia de Boa Viagem. A composição do espaço urbano, segundo os modelos desejados, e a realidade são diferentes. As leis do uso do solo na Cidade do Recife foram pensadas com o objetivo de favorecer o interesse imobiliário em detrimento de melhorar as condições de vida, como pode ser comprovado nos relatos dos entrevistados que compartem informações importantes sobre as primeiras tentativas de regularização imobiliária no Recife. “A Primeira lei de uso do solo no Recife é de 1961, esta lei divide a cidade em áreas urbanas, suburbana, manguezal e rural. A zona sul, litoral, é classificada como área urbana, porém lá não existia nada nesta época.” (EBV12-Im). “A Praia da Boa Viagem foi transformando-se em área urbana a partir da década de 70 com as primeiras construções. O edifício Acaiaca passou a ser o marco desta expansão” (EBV13-A). “Em

1997, a prefeitura cria a Lei de uso do solo baseada na Lei já existente de 1961. Então, hoje temos uma série de divergências que resolvemos caso a caso" (EBV1-T).

O Código de Urbanismo e Obras Lei Nº 7427, de 19 de outubro de 1961, que foi um código de obras, minucioso e extenso, implicou na construção de imóveis. Esse código foi a base para a criação da Lei e Uso do Solo, em 1997, e posteriormente o PDM da Cidade do Recife que teve como principal objetivo planejar e ordenar a ocupação, e a expansão urbana da cidade. Esse código de obras é responsável pela atual configuração da paisagem urbana, é um marco importante na regulação do crescimento urbano da Cidade do Recife e foi a base jurídica ou suporte ao investimento imobiliário. Existiram inúmeros outros decretos que foram aos poucos sendo introduzidos e criando novos parâmetros para condicionar o modelo urbano da cidade. Os parâmetros seguiram os interesses particulares, principalmente na Praia da Boa Viagem. Portanto, as áreas edificadas nessa praia, cresceram sem levar em consideração normas e diretrizes. Esse fato pode ser entendido como um contrapondo à utilização pública e democrática das praias e a falta de normas de contingência quanto ao crescimento vertical.

Nesse contexto, os entrevistados baseiam seus discursos nos instrumentos jurídicos e na complexidade do desenvolvimento econômico, social e tecnológico. O pensamento geral sobre o crescimento urbano é associação à expansão urbana sem controle. A ideia principal sobre o crescimento urbano da Praia da Boa Viagem é de um planejamento neoliberal dirigido ao interesse econômico e à construção e não voltado ao direito universal à cidade. As decisões políticas e administrativas tiveram suas consequências no território e transformaram a paisagem. "Na realidade os construtores pressionam o Coeficiente Construtivo (COS)[1]. Os metros quadrados construídos são as meninas dos olhos dos construtores e o que determina os investimentos" (EBV10-Im). "Na década de 1950 a Praia da Boa Viagem era ocupada basicamente por casas de veraneio." (EBV8-T). "Eu não sei se no bairro teve, mas, basicamente, o Recife nunca teve planejamento urbano" (EBV6-A). Esses discursos revelam a pressão do poder econômico em detrimento do planejamento e das medidas que podem ser pensadas e elaboradas em consenso entre os diferentes atores sociais para a melhoria das condições de vida.

[1] O coeficiente entre a área bruta total construída e a área total do lote não deverá exceder os valores estabelecidos no quadro que faz parte integrante da planta de síntese.

O escasso planejamento urbano é uma das causas da pouca contenção na construção do edificado. Os impulsos dados pelas políticas urbanas foram sempre ligados aos empregos diretos e indiretos na construção civil, comércio e, supostamente, do crescimento econômico. Porém, o objetivo dos novos moradores era de morar junto ao mar com melhores condições de vida. “O pessoal começa a morar aqui na Praia da Boa Viagem em 1970. Em 1975, muita gente deixa a zona norte (Casa Forte e Parnamirim). É um modo de vida completamente diferente morar aqui” (EBV3-A).

As grandes enchentes da década de setenta aceleram a mudança no perfil socioeconômico da Praia de Boa Viagem que passa a ser um bairro residencial. “Muita gente começou a morar aqui. Em 1975 foi um marco na história foi o ano das grandes cheias do Capibaribe” (EBV4-I).

Os entrevistados associam a mudança socioeconômica a grande enchente de 1975. A construção dos novos edifícios residências transformou o perfil social da Praia de Boa Viagem, associado a essa transformação foi a construção do *Shopping Center Recife* que transforma a centralidade comercial da cidade. “Entre 1979 e 1980, em uma área de maré, passaram um ano aterrando. Antes tinha água limpa, peixes e caranguejos, o manguezal era parte da paisagem” (EBV8-T). A questão da destruição de extensas áreas de alagados e manguezais para a construção ocasionou grandes perdas aos ecossistemas locais. “O *Shopping Recife* foi inaugurado, em 1980, e todo mundo vinha conhecer as lojas e passearem num lugar com ar condicionado, assim como morar perto do *shopping*” (EBV4-I).

Entre as décadas de setenta e oitenta, ocorre a transformação da Praia de Boa Viagem de um lugar de veraneio para um bairro de morada permanente com grande expansão em área e densidade em volume (MAGAROTTO et al., 2019). “É curioso a substituição do mobiliário urbano, algumas casas se mantiveram como comércio, outras foram vendidas às incorporadoras imobiliárias” (EBV5-I).

Essa mudança de perfil social, econômico e ambiental, transformar casas unifamiliares de férias para edifício de apartamentos, muda a composição social e a paisagem urbana com altos edifícios e destroem a paisagem. Para tanto, uma das estratégias dos imobiliários foi a troca de casas unifamiliares por edifícios de apartamentos. A prática de troca do edificado é visto como uma forma do capital imobiliário de apropriar-se dos lotes de terreno e de fazer a multiplicação em altura do edificado.

Essa é uma prática usual constatada até a atualidade em muitas áreas urbanas. “As incorporadoras te dão entre três e quatro apartamentos por uma casa ou um terreno. Assim é a compra e venda das casas e terrenos na Praia da Boa Viagem. Foi assim que a minha família fez” (EBV4-I). “A maioria dos construtores se associa com proprietários em troca de apartamentos. Existem diversos caminhos, mas, em geral, as associações fazem entre construtoras e o proprietário” (EBV11-A). Esse aspecto de troca não leva em consideração o entorno ambiental local. Tudo é pensado em uma forma comercial sem a mínima preservação do entorno. “Todos querem morar num prédio onde tem uma área de lazer com segurança, independente do entorno ecológico do local” (EBV1-T).

3.2 Impactos ambientais e na qualidade de vida da população

O insuficiente planejamento urbano pode ser visto na restrição e uso dos espaços públicos, coleta dos resíduos sólidos e líquidos que, muitas vezes, são lançados nos canais e rios que atravessam a área de estudo e são depositados no Parque dos Manguezais[2]. Esse fator mostra a pouca preservação ambiental e a falta de políticas públicas para a gestão costeira e educação ambiental.

Essa forma de gerenciar o espaço público parece estar arraigada na cultura local. A ideia do exterior ao condomínio é apenas de trânsito e de não permanência. O pensamento coletivo dos entrevistados sobre meio ambiente é a inexistência das áreas verdes. “A Avenida Visconde de Jequitinhonha tem algumas árvores. Agora o Parque da Dona Lindu é puro concreto. É exemplo de concreto sem nada de vegetação, que possa amenizar um pouco o calor urbano” (EBV6-A). “Áreas verdes é uma das coisas que eu sinto falta na Praia da Boa Viagem” (EBV13-A). “Quando se constrói um prédio os desenhos deveriam ter uma forma que se tivesse o máximo possível de aproveitamento para áreas verdes, porém há apenas asfaltado ou concreto” (EBV9-A).

O processo de urbanização que deveria trazer maior comodidade e conforto aos habitantes dessa praia acabou sendo apenas um crescimento urbano com escasso planejamento. Hoje o resultado é um complexo de problemas cotidianos com falta de saneamento básico, má conservação das vias de tráfego, inúmeros problemas ambientais que

[2] O Parque Natural Municipal dos Manguezais Josué de Castro foi instituído como sendo um parque natural na zona costeira da Cidade do Recife.

impactam na qualidade de vida dos moradores. “Qual é a definição da qualidade de vida? Isso é muito complexo, talvez condição de vida, ter condições de trabalho digno, renda, e sem dúvida, uma gestão que possa dar condições as pessoas” (EBV5-I). “O que acontece hoje é uma perda desta qualidade que existia na Praia da Boa Viagem. Há um esgotamento da capacidade da infraestrutura existente” (EBV8-T). “Há pouco saneamento básico, está difícil ir à praia. Há perda na qualidade de vida, e se passa a maior parte do tempo irritado no trânsito” (EBV6-A). No contexto dos impactos ambientais, os entrevistados trazem pouca informação relevante. A maioria dos entrevistados na Cidade do Recife quando se referem ao meio ambiente, apenas indicam a falta de áreas verde e de lazer na Praia de Boa Viagem. Os problemas ambientais que os afetam parecem ser um mal menor, em relação à falta de outras infraestruturas básicas, como as calçadas para caminhar, a recolha de resíduos sólidos e líquidos, a falta de um programa de reciclagem dos resíduos gerados, entre outras. Portanto, a escassa presença do problema ambiental nos discursos dos entrevistados indica a pouca relevância que atribuem a essa questão.

4 O CRESCIMENTO URBANO DA PRAIA DA ROCHA

4.1 O processo de crescimento urbano

Os planos urbanos elaborados para a área de estudo da Praia da Rocha podem ser referidos em dois períodos: antes de 1974 (Revolução do 25 de Abril) e o Plano Diretor Municipal de Portimão (PDM) de 1994.

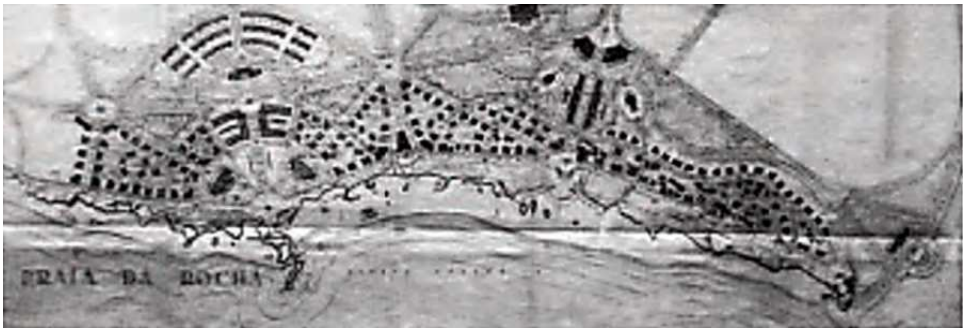
Duas evidências anteriores ao 25 de abril foram encontradas para a urbanização coerente da Praia da Rocha. O Plano Urbanístico da Praia da Rocha (PUPR), elaborado pelo arquiteto Carlos Ramos e pelo engenheiro António Emídio Abrantes em 1930. O PUPR foi um plano que tinha uma avenida estruturadora do modelado urbano junto a falésia da Praia da Rocha. E estava constituído por edificações unifamiliares e plurifamiliares harmonioso com a arquitetura local. (Figura 2).

A natureza complexa, no caráter social, político e económico em nível local na Praia da Rocha e regional da Costa Algarvia sugeriu uma outra organização e ordenamento do território. Nesse sentido, o Governo Central de Portugal, na década de sessenta, elaborou o plano de urbanização com caráter regulador e de ordenamento territorial para a zona costeira

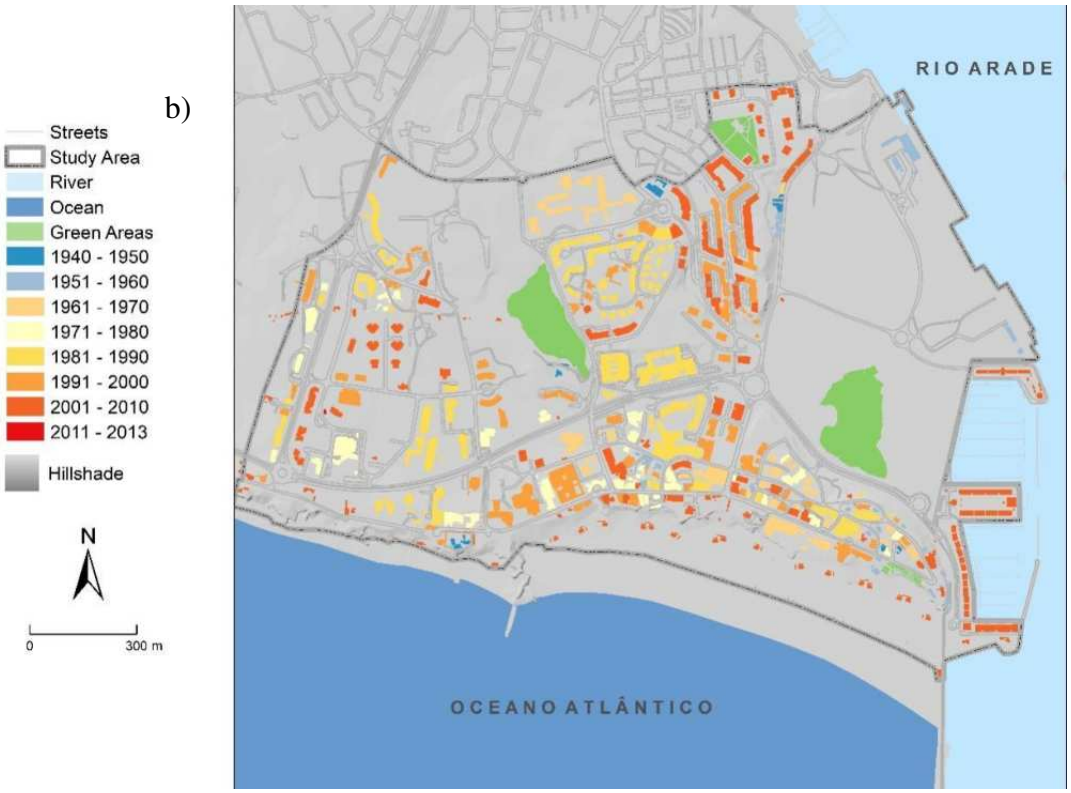
do Algarve. Este plano de ordenamento vem de forma impositiva denominado Plano de Valorização Turística para o Algarve (PVTA). Essa tarefa ficou a cargo do urbanista italiano Luigi Dodi que dividiu a costa algarvia em onze setores, o Setor 4 insere a cidade de Portimão. “Um plano tem um princípio e sua eficácia. Um plano só vai ser vinculativo quando ele for publicado em forma de lei. Caso não seja publicado é mera orientação.” (EPR10-T).

Figura 2. (a) PUPR 1930. (b) modelo atual do edificado da Praia da Rocha em 3D

a)



b)



Fonte: (a) Margarida Souza de Lôbo e (b) elaboração própria.

Logo a seguir a revolução do 25 de Abril, subscreveu um período marcado por falta de planos urbanos para a Praia da Rocha até a criação do PDM. O PDM foi elaborado de forma rápida e implementado na década de 1990, quando o governo central passou a exigir das Câmaras Municipais esse instrumento de controle territorial para o financiamento local. Também durante a década de 1990, os planos da zona costeira (POOC) e áreas sensíveis para o ambiente foram zoneadas no âmbito do Quadro Legal Ambiental. Esses planos foram criados, segundo as normativas da comunidade europeia, para um melhor gerenciamento das zonas costeiras, exigindo aos estados membros legislações específicas. Sendo assim, criaram-se marcos jurídicos para o ordenamento do território português.

Para a Região do Algarve, foi constituída a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR - Algarve). Essa comissão elaborou, em 1991, o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT-Algarve) que estabeleceu o Algarve como uma região dinâmica, competitiva e solidária no contexto da sociedade do conhecimento, promovendo um território equilibrado, competitivo e ambientalmente sustentável (CCDR-Algarve 1991).

O PDM de Portimão entra em vigor a partir do ano de 1994, e

> "tem por objetivo definir e estabelecer uma estrutura espacial para o território do município com índices urbanísticos e regras gerais para a ocupação, uso e transformação dos solos, tendo em conta os objetivos de desenvolvimento, a distribuição racional das atividades económicas, as carências habitacionais, os equipamentos, as redes de transporte e de comunicações e as infraestruturas" (CMP, 1994).

Esse plano aplica-se a todo o território do município a escala de 1:25.000 e com uma vigência de dez anos. O que realmente afetou os limites construtivos do município e principalmente a área de estudo da Praia da Rocha. Essa regulação dos índices urbanísticos vem a estabelecer a qualificação do mobiliário urbano, a promoção de novos edifícios, limite de pisos (máximo de cinco andares). Esse caráter regulador trouxe um novo modelo de desenvolvimento mais centrado na qualidade do edificado e com melhor habitabilidade. Essa abordagem reflete o sentido da legislação urbanística de limitar os interesses privados.

Como referido anteriormente, o Plano do Setor VI não foi de todo aceito pelos interesses dos proprietários que eram maioritariamente donos das indústrias conserveiras de Portimão. As discordâncias vinham, sobretudo, dos proprietários que se sentiram prejudicados pela regulamentação dos limites construtivos. Assim que através de pressão política e, por

existirem poucos instrumentos de planejamento urbano, este plano não chegou a ter o caráter de lei. “Mesmo com o ‘Boom’ de construção na Praia da Rocha, sempre se preservou as vias que foram implantadas pelo Plano do Setor IV” (EPR10-T).

Nesse sentido, o planejamento urbano adotado manteve as limitações territoriais, porém não restringiram o crescimento urbano. Mesmo assim, houve um esforço institucional para criação de instrumentos de gestão costeira para a orientação do turismo em grande escala para o Algarve. “Muitos planos existiram e nunca se tornaram leis, aplicava-os para algumas coisas e outras não” (EPR3-I). “O governo central, por influência e pressão dos interesses locais e dos proprietários privados, imobiliário, construtores e a própria realidade dos mecanismos de urbanização, não conseguiu implementar o Plano do Setor IV, isso foi um erro.” (EPR01-T).

Assim, o momento político-econômico, após o 25 de Abril, tem um caráter decisivo na adoção do modelo de crescimento urbano para a Praia da Rocha. Prevalece o modelo turístico condicionando a construção do edificado para alojar o maior número possível de pessoas. “A Praia da Rocha poderia ter sido uma das melhores praias do Algarve se tivessem mantido a zona de casas na parte da frente de mar que tinha grande qualidade arquitetônica. Para isso, deveriam ter feito planeamento, coisa que não se fez, depois de 1974, e não se faz atualidade” (EPR1-T). “A partir de 1974 houve grande interesse na Praia da Rocha, como dizia o então presidente da câmara: - vamos transformar a Praia da Rocha no novo Torremolinos” (EPR3-I). “A Praia da Rocha no início do século XX era uma zona turística com importância. Nos anos 60 passou a ter um crescimento vertical com perdas à beleza natural, copiando o modelo espanhol” (EPR4-A).

Assim, por um lado, a economia local foi baseada na expansão urbana com a construção de edifícios, o que criou emprego e renda e agradou o eleitorado. Porém, a disponibilidade de apartamentos para o período de férias trouxe mais turistas o que condicionou o caráter socioeconómico local. Esse binômio (construção e turismo) atendeu aos interesses dos diferentes tipos de investidores e imobiliários, levando a cabo a construção de novas edificações destinadas ao turismo. “O desenvolvimento urbano da Praia da Rocha foi acelerado e sem projeto urbanístico.” (EPR9-A).

Nesse aspecto, vemos que o crescimento é impulsionado pelos novos edifícios sem um controle urbano efetivo até a década de noventa. Dois fatores importantes de caráter nacional afetaram o crescimento urbano na Praia da Rocha. O primeiro foi a entrada de Portugal na,

então, CEE (Comunidade Económica Europeia - CEE, 12 de junho de 1985). Esse fato trouxe um grande fluxo de capitais destinado, sobretudo, para a construção de infraestruturas e edificado. Destaca-se também o crédito fácil para compra de residências que favorece a dinâmica do crescimento vertical. O segundo fator é a obrigatoriedade do PDM com aspecto marcadamente regulador das cidades quanto ao desenvolvimento sustentável.

Esses dois fatores inserem a Cidade de Portimão numa dinâmica internacional, na qual o crescimento urbano passa a estar ligado ao financiamento do capital estrangeiro e ao fluxo do turismo de sol e praia. Esse fato cria a dependência econômica local como é relatado a seguir. "A Praia da Rocha tem um comércio ligado ao restaurante, café e aos serviços de apoio associados ao consumo de turismo e serviços" (EPR5-I). "São todos serviços ligados ao setor turístico tanto de proprietários nacionais como internacionais. Além, é claro, o alojamento paralelo ser clandestino. Isso sempre foi o forte no verão." (EPR8-Im). "O turismo é a grande atividade económica em Portimão, mas não só aqui, como também na região do Algarve. É a maior fonte de rendimento do município" (EPR1-T).

Nesse sentido, o PDM vem a regularizar o crescimento urbano na Praia da Rocha, de certa forma, uma restrição ao crescimento em altura do edificado, porém não se nota a preservação do meio ambiente. "A Praia da Rocha foi construída em massa. Qualidade nenhuma e continuam a construir sem critérios de qualidade e sem um padrão arquitetónico" (EPR11-A). Além disso, o crescimento da área edificada não passa por um rigoroso processo para a aprovação de novos edificados ou loteamentos. Apenas criam-se condições para a expansão e densidade construtiva. Assim como apontado, esse processo não parou e não existe um interesse nesse sentido, como é descrito pelos entrevistados. "No desenvolvimento urbano da Praia da Rocha o que aconteceu foi especulação imobiliária" (EPR9-A). "Não houve estratégia. Se o construtor podia fazer 10 andares o fazia, se pudesse construir 500m^2 pedia para construir 550m^2. Construir o que fosse possível" (EPR12-A). "Os construtores imobiliários querem aproveitar o máximo dos terrenos sem levar em consideração as áreas verdes previstas em lei" (EPR10-T).

4.2 Impactos nas condições de vida da população local

O PDM trouxe novos investimentos e turistas de sol e praia dos países da União Europeia. Esse fator causa melhorias nas condições de vida da população local. "O potencial

económico da Praia da Rocha se traduz em recursos para muitas pessoas durante todo o ano" (EPR6-T). "O crescimento urbano teve um impacto socioeconómico em negócios mais legítimos ou menos legítimos. Há pessoas que sobrevivem todo o ano do negócio de três meses" (EPR12-A). "A compra e venda de pisos foi o modelo produtivo de Portimão, porque sempre houve muita pressão dos construtores e os pisos eram vendidos na planta. Comprar um apartamento com taxas de juros baixas e pagar o empréstimo com o aluguel de verão, sempre foi assim" (EPR14). "O turismo melhorou muito as condições de vida das pessoas que moram aqui. Vieram para cá muitos turistas alemães, ingleses, e trouxeram muito dinheiro" (EPR7-Im).

Em nível ambiental (áreas verdes), social (população residente) e cultural (eventos, exposições, concertos, entre outros), são pouco referidos pelos entrevistados. O discurso comum está ligado ao crescimento urbano, ao turismo e ao comércio local. De fato, na Praia da Rocha, há poucas áreas verdes e conforto térmico urbano ou atrativos em nível cultural. "A ideia que me dá é que não houve uma grande preocupação com áreas verdes" (EPR7-Im). "A socioeconomia melhorou exponencialmente, porém a Praia da Rocha não tem áreas verdes, e nem zonas de lazer e desporto." (EPR19-A). "Teoricamente existem áreas verdes, mas na prática não." (EPR4-A). "Hoje em dia existe um fluxo de moradores que querem ir morar na Praia da Rocha, são jovens, que alugam no período de baixa temporada" (EPR6-T).

5 DISCUSSÃO

O processo de crescimento urbano é um fenômeno que ocorreu com a mesma intensidade e evoluiu na segunda metade do século XX, nas duas áreas de estudo, nos dois países analisados (MAGAROTTO et al., 2019). Independente do crescimento populacional, o crescimento urbano foi constante, na Praia da Rocha e na Praia de Boa Viagem, e esse processo ocorreu pelos fatores económicos, políticos, sociais, culturais. Estes envolveram um processo de crescimento com insuficiente planejamento urbano em ambos os casos (FREITAS; DIAS, 2012; KÖRÖSSY; CORDEIRO; SIMÕES, 2014; MAGAROTTO et al., 2016). Na Praia de Boa Viagem, o crescimento urbano rápido e sem grande planejamento no último século, transformou a paisagem urbana em um complexo sistema de altos edifícios. Poucas foram as ações de preservação ambiental ou manutenção dos ecossistemas nessa praia. Na Praia da Rocha, as várias tentativas de regulação do seu crescimento urbano foram

barradas pelos grupos imobiliários e os interesses turísticos. Não houve parâmetros de crescimento urbano e vertical ligados à preservação ambiental, que vem ocorrer, de forma muito tímida, com a qualificação e classificação do solo no PDM em 1994. Neste momento, foi possível criar áreas verdes e proteger as escarpas próximo ao areal da Praia da Rocha (MAGAROTTO et al., 2017).

Segundo os resultados deste artigo, o crescimento urbano nas zonas costeiras e os ecossistemas associados são frequentemente tratados como duas áreas separadas, ou seja, o crescimento urbano é entendido como sendo necessário e prioritário, mas sem ter um impacto no meio natural (MAGAROTTO et al., 2019; SCHMIDT et al., 2013). No entanto, em termos de planejamento urbano, as zonas costeiras são reconhecidas como uma zona de grande importância e marcada por diversos ecossistemas necessários para a manutenção desta zona. É extremamente necessário que o GIZC seja considerado nos mais diversos níveis de planejamento urbano das zonas costeiras (ASMUS et al., 2006; VELOSO-GOMES; TAVEIRA-PINTO, 2003). No Brasil e em Portugal, a gestão costeira é feita de forma integrada segundo o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) e os Planos de Ordenamento da Orla Costeira respectivamente. Devido ao escopo e finalidade do artigo, esses planos nacionais não foram considerados aqui. No entanto, eles foram discutidos na tese de doutoramento do primeiro autor (MAGAROTTO et al., 2019).

Além disso, os resultados obtidos neste estudo mostram um complexo arranjo entre as sociedades locais, administração pública e os construtores/imobiliários na promoção de um modelo de urbanização associado à especulação imobiliária. Isto revela a interiorização do discurso hegemónico neoliberal em amplas camadas da população local, no qual o benefício econômico de curto prazo prevalece notavelmente sobre a questão ambiental e social (DINIZ, 2011; LIN et al., 2013; MENDES, 2014). Nessa linha de pensamento, destaca-se a ausência de um discurso crítico entre os entrevistados sobre o crescimento urbano e seus impactos negativos gerados ao meio ambiente e sobre a falta de preservação e sustentabilidade ambiental, o que legitima o crescimento urbano e vertical nas duas praias.

O modelo adotado de “urbanização turística” (caso da Praia da Rocha) ou “urbanização turístico-residencial” (caso da Praia de Boa Viagem), corresponde a processos de produção do edificado com a finalidade de produzir, vender e consumir pisos. Este foi o motor do crescimento económico aplicado nas duas áreas costeiras e resultou em um padrão.

Este modelo saturou o uso do solo urbano nas duas áreas de estudo e está sendo um fator de crise socioeconômico em nível local.

Portanto, podemos afirmar que as duas áreas de estudo apresentam uma das características da urbanização de caráter expansivo, consistente no aumento do edificado urbano e em linha com financiamento do edificado para a atração de investidores, resultando na compra e venda de pisos (SCHMIDT et al., 2014; THIEL, 2010). Isso provoca atratividade da urbanização nas zonas costeiras associada ao crescimento urbano e o insuficiente planejamento urbano (PEREIRA, 2004), além da desqualificação da zona costeira e perdas das belezas naturais associada (COSTA et al., 2008). Cabe ainda destacar a concentração populacional e um maior deterioramento da paisagem (BERNARDINI et al., 2013).

Finalmente, este estudo demonstrou a eficácia da utilização de uma metodologia qualitativa para o estudo da associação entre o crescimento urbano e seus impactos socioambientais nas zonas costeiras em distintos países. No entanto, cabe ainda novos estudos que integrem a metodologia qualitativa com outras metodologias quantitativas para uma maior validação dos resultados obtidos.

6 CONCLUSÕES

Este artigo realizou uma análise comparada do crescimento urbano e dos seus impactos socioeconômicos e ambientais entre as duas áreas de estudo no Brasil e em Portugal. A análise revelou uma melhor compreensão dos fatores relacionados com o crescimento urbanas nas zonas costeiras. Dessa forma, o crescimento urbano foi entendido como um processo relacionado com as intervenções dos atores públicos e privados que agem diretamente sobre a configuração do meio urbano ao longo do tempo (seja este de curto, médio ou de longa duração). Esse processo modifica a paisagem costeira refletida na forma urbana.

O artigo ainda destacou a importância dos instrumentos de planejamento para vincular as demandas sociais às novas ações de proteção ambiental, sustentabilidade e mitigação dos impactos causados pelo crescimento urbano com insuficiente planejamento ao ambiente. Nesse sentido, o estudo comparativo revelou ligeiras diferenças entre os dois países relativamente ao planejamento das áreas urbanas e sua relação com o meio natural,

interpretando que, em Portugal, os instrumentos de planejamento das zonas costeiras parecem ser mais eficazes que no Brasil.

Portanto, este estudo comparado entre dois países pode ser um contributo para o desenvolvimento de sinergias em áreas com características e problemas urbanísticos semelhantes. A metodologia aplicada demonstra que o conjunto de escolhas e abordagens dos métodos e das técnicas é flexível para ser replicado na análise de outras cidades costeiras do mundo.

AGRADECIMENTOS

MGM agradece aos entrevistados que fizeram possível este artigo, a Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia de Pernambuco e a CAPES - Ministério da Educação do Brasil pela bolsa de pós-doutoramento. EMR é professora na Universidade de Valência. MFC é Pesquisadora de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

REFERÊNCIAS

ADGER, W. N. et al. Social-ecological resilience to coastal disasters. **Science (New York, N.Y.)**, v. 309, n. 5737, p. 1036–9, 12 ago. 2005.

ALBERICO, I. et al. The potential vulnerability indices as tools for natural risk reduction. The Volturno coastal plain case study. **Journal of Coastal Conservation**, v. 21, n. 6, p. 743–758, 2017.

ALLEGRA, M.; CASAGLIA, A.; ROKEM, J. The Political Geographies of Urban Polarization: A Critical Review of Research on Divided Cities. **Geography Compass**, v. 6, n. 9, p. 560–574, 2012.

ALVES, P. R. M. **Valores do Recife. O valor do solo na evolução da cidade.** 1. ed. 1st ed.; Luci Artes Gráficas, ed. Recife.

ANDRÉS, M. de; BARRAGÁN, J. M. M. Development of coastal cities and agglomerations: pressure and impacts on coastal and marine ecosystems. **Coastal Cities and their Sustainable Future**, v. 148, p. 63–71, 2015.

ARAÚJO, R. de C. B. de. **As praias e os dias: história social das praias do Recife e Olinda.** 1st ed.; Fundação da Cultura Cidade do Recife.

ASMUS, M. L. et al. Gestão Costeira no Brasil: Instrumentos, fragilidades e potencialidades. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, v. 4, p. 52–57, 2006.

BERNARDINI, W. et al. Quantifying visual prominence in social landscapes. **Journal of Archaeological Science**, v. 40, n. 11, p. 3946–3954, nov. 2013.

BRASIL. **Estatuto da cidade e desnvolvimento urbano**. Brasília, Brasil: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

BRITO-HENRIQUES, E. A cidade, destino de turismo. **Revista da Faculdade de Letras - Geografia**, v. XIX, p. 163–172, 2003.

CMP. **Regulamento do Plano Diretor Municipal de Portimão**. Portimão, Portugal: Câmara Municipal de Portimão, 1994.

COSTA, M. F. et al. Verticalização da Praia da Boa Viagem (Recife, Pernambuco) e suas consequências socioambientais. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 8, n. 2, p. 233–245, 2008.

CURCI, F. The informal component of mediterranean littoralization Unlawful ricreational homes by the sea at the turn of the third millennium. [s.l.] **tese** (doutorado). Milão: Dipartimento di Architettura e Pianificazione, Politecnico di Milano., 2012.

DANTAS, R. A.; MAGALHÃES, A. M.; VERGOLINO, J. R. O. Avaliação de imóveis: a importância dos vizinhos no caso de Recife. **Economia Aplicada**, v. V. 11, n. N. 2, p. 231–251, 2007.

DING, C. Building height restrictions,land development and economic costs. **Land Use Policy**, v. 30, n. 1, p. 485–495, jan. 2013.

DING, C.; KNAAP, G. J. Property values in inner-city neighborhoods: The effects of homeownership, housing investment, and economic development. **Housing Policy Debate**, v. 13, n. 4, p. 701–727, 2010.

DINIZ, M. Utilização de Entrevistas Semi-estruturadas na Gestão Integrada de Zonas Costeiras: o Discurso do Sujeito Coletivo como Técnica Auxiliar. **Scientia Plena**, v. 7, n. 2009, p. 1–8, 2011.

DUFFY, J. E. et al. Toward a Coordinated Global Observing System for Seagrasses and Marine Macroalgae. **Frontiers in Marine Science**, v. 6, n. July, 2019.

FREITAS, J. G. DE; DIAS, J. A. Praia da Rocha (Algarve, Portugal): um paradigma da antropização do litoral. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 12, n. 1, p. 31–42, 2012.

GURRAN, N.; ZHANG, Y.; SHRESTHA, P. 'Pop-up' tourism or 'invasion'? Airbnb in coastal Australia. **Annals of Tourism Research**, v. 81, n. April 2019, p. 102845, 2020.

HAASE, D. et al. A quantitative review of urban ecosystem service assessments: Concepts, models, and implementation. **Ambio**, v. 43, n. 4, p. 413–433, 2014.

HANSEN, H. S. Modelling the future coastal zone urban development as implied by the IPCC SRES and assessing the impact from sea level rise. **Landscape and Urban Planning**, v. 98, n. 3–4, p. 141–149, 2010.

HARVEY, D. **The Enigma of capital and the crises of capitalism**. 1. ed. London, UK: Oxford University Press, 2010. v. 1

IBGE. **Base de informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por setor censitário**. Rio de Janeiro, Brasil: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011.

INE, I. N. DE E. **Estatísticas do Turismo 2014**. 1. ed. Lisboa, Portugal: Instituto Nacional de Estatística, 2014.

KÖRÖSSY, N.; CORDEIRO, I. D. E; SIMÕES, J. M. H. La génesis de las ciudades turísticas. Un Análisis del proceso de urbanización turística de Portimão (Portugal). **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 23, n. 1, p. 176–189, 2014.

LIN, T. et al. Urban spatial expansion and its impacts on island ecosystem services and landscape pattern: A case study of the island city of Xiamen, Southeast China. **Ocean & Coastal Management**, v. 81, p. 90–96, set. 2013.

MAGAROTTO, M. G. et al. Vertical growth in a coastal city: an analysis of Boa Viagem (Recife, Brazil). **Journal of Coastal Conservation**, v. 20, n. 1, 2016.

MAGAROTTO, M. G. et al. Green areas in coastal cities – conflicts of interests or stakeholders' perspectives? **International Journal of Sustainable Development and Planning**, v. 12, n. 8, p. 1260–1271, 2017.

MAGAROTTO, M. G. Impacto da verticalização das áreas edificadas em zonas costeiras com recurso a sistemas de informação geográfica. Análise comparada Praia da Boa Viagem (Brasil) e Praia da Rocha (Portugal). **tese** (doutorado). Lisboa: Departamento de Geografia e Planeamento Territorial, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2017.

MAGAROTTO, M. G. et al. Analysis of urban growth in coastal areas supported by 2D/2.5D GIS data. A comparative study of Boa Viagem Beach (Brazil) and Rocha Beach (Portugal). **Journal of Coastal Conservation**, v. 17, n. 2, p. 1–11, 16 nov. 2019.

MAXIMENKO, N. et al. Towards the integrated marine debris observing system. **Frontiers in Marine Science**, v. 6, n. JUL, 2019.

MENDES, L. Gentrificação e políticas de reabilitação urbana em Portugal: uma análise crítica à luz da tese rent gap de Neil Smith. **Cadernos Metrópole**, v. 16, n. 32, p. 51–72, 2014.

NAKANO, K. **Projeto Orla: implementação em territórios com urbanização consolidada**. Instituto ed. São Paulo, Brasil: Instituto Polis, 2006.

PCR. **Plano Diretor da Cidade do Recife**. Recife, PE, Brasil: PCR, 2008.

PEREIRA, M. As Metamorfoses da Cidade Dispersa. **GeoINova**, p. 129–142, 2004.

PONTE LIRA, C. et al. Coastline evolution of Portuguese low-lying sandy coast in the last 50 years: an integrated approach. **Earth System Science Data Discussions**, n. March, p. 1–22, 2016.

SANTINHA, G.; MARQUES, T. S. A integração do princípio de Coesão Territorial na agenda política: o caso português. **Revista de Geografia e Ordenamento do …**, p. 215–244, 2012.

SASSEN, S. Territory and Territoriality in the Global Economy. **International Sociology**, v. 15, n. June 2000, p. 372–393, 2000.

SCHMIDT, L. et al. Land use Policy Adapting Governance for Coastal Change in Portugal. **Land Use Policy**, v. 31, p. 314–325, 2013.

SCHMIDT, L. et al. Are we all on the same boat? The challenge of adaptation facing Portuguese coastal communities: Risk perception, trust-building and genuine participation. **Land Use Policy**, v. 38, p. 355–365, 2014.

SCHMIDT, L.; MOURATO, J. Políticas públicas costeiras e adaptação às alterações climáticas: Que limites de implementação? VIII Congresso sobre Planeamento e Gestão das Zonas Costeiras dos Países de Expressão Portuguesa. **Anais**...2015.

SILVA CAVALCANTI, J. S. et al. Spatial and Temporal Patterns of Use of Boa Viagem Beach, Northeast Brazil. **Journal of Coastal Research**, v. 24, n. 2000, p. 79–86, 2008.

SOUZA, A. A. DE. **A identidade da metrópole a verticalização de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, São Paulo, 1994.

STOJANOVIC, T. et al. The "social" aspect of social-ecological systems: A critique of analytical frameworks and findings from a multisite study of coastal sustainability. **Ecology and Society**, v. 21, n. 3, 2016.

TEKA, O. et al. Process analysis in the coastal zone of Bénin through remote sensing and socio-economic surveys. **Ocean & Coastal Management**, v. 67, p. 87–100, out. 2012.

THIEL, A. Constructing a strategic, national resource: European policies and the up-scaling of water services in the Algarve, Portugal. **Environmental management**, v. 46, n. 1, p. 44–59, jul. 2010.

VEETTIL, B. K. et al. Mangroves of Vietnam: Historical development, current state of research and future threats. **Estuarine, Coastal and Shelf Science**, v. 218, n. September 2018, p. 212–236, 2019.

VELOSO-GOMES, F.; TAVEIRA-PINTO, F. Portuguese coastal zones and the new coastal management plans. **Journal of Coastal Conservation**, v. 9, n. 1, p. 25–34, 2003.

VILLAÇA, F. A crise do planejamento urbano. **São Paulo em perspectiva**, v. 9, n. 2, p. 45–51, 1995.

VINUTO, J. A amostragem bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014.

VON GLASOW, R. et al. Megacities and large urban agglomerations in the coastal zone: interactions between atmosphere, land, and marine ecosystems. **Ambio**, v. 42, n. 1, p. 13–28, fev. 2013.

WU, J. et al. Dismantling the fence for social justice? Evidence based on the inequity of urban green space accessibility in the central urban area of Beijing. **Environment and Planning B: Urban Analytics and City Science**, p. 3 - 19, 2018.